

Programa de Pós-graduação em Economia – Universidade Federal do Pará

**CADERNOS
CEPEC**
ECONOMIA DA AMAZÔNIA



A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS: A UFPA COMO MODELO DE ANÁLISE DOS CICLOS GOVERNAMENTAIS

HIGHER EDUCATION IN BRAZIL OVER THE LAST TWO DECADES: UFPA AS A MODEL FOR ANALYZING GOVERNMENT CYCLES

Marcelo Robson Silva Vilela ¹
José Raimundo Trindade ²

Resumo

Diante da conjuntura recente, este artigo busca problematizar a relação entre projeto de nação e universalização da educação superior, ponto central da análise desenvolvida pelo professor Florestan Fernandes, enquanto cientista social. Assim, busca-se desenvolver essa questão analisando o padrão de inclusão e permanência no ensino superior pós-constituição federal de 1988, através da avaliação dos níveis de investimento no ensino superior, tendo no caso específico da Universidade Federal do Pará um estudo de caso modelo. Realiza-se para tanto, comparativo entre os ciclos governamentais FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, estabelecendo um indicador comparativo entre os oito ciclos governamentais do período de análise, através do Indicador de Ensino Superior (IES).

Palavras-chave: Educação Superior; Neoliberalismo; Orçamento Público; Universidade Federal do Pará.

Classificação JEL: H41; H52; I20; I21; I25.

Abstract

Given the recent situation, this article seeks to problematize the relationship between the nation project and the universalization of higher education, a central point of analysis developed by Professor Florestan Fernandes as a social scientist. It seeks to develop this issue by analyzing the pattern of inclusion and permanence in higher education after the 1988 federal constitution, by evaluating the levels of investment in higher education, with the specific case of the Federal University of Pará as a model case study. To this end, a comparison is made between the FHC, Lula, Dilma, Temer and Bolsonaro government cycles, establishing a comparative indicator between the eight government cycles of the period of analysis, through the Higher Education Indicator (HEI).

Keywords: Higher Education; Neoliberalism; Public Budget; Federal University of Pará.

JEL Classification: H41; H52; I20; I21; I25.

¹ Tribunal de Contas dos Municípios do estado do Pará. E-mail: marcelo.vilela@icsa.ufpa.br

² Professor do Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará; Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná. E-mail: jtrindade@ufpa.br

1. Introdução

Segundo Fernandes (1979), o cenário vivenciado no período pré-reforma universitária da década de 1960, era um cenário de escolas superiores voltadas estritamente aos brancos e profissionais liberais. O esforço educacional à época, em nível do ensino superior, se concentrava fortemente em torno de três escolas tradicionais, que possuíam grande importância na formação dos profissionais liberais: Direito, Engenharia e Medicina chegaram a ser responsáveis por quase metade das matrículas no ensino superior e por mais de um terço dos diplomados, evidenciando a “estratégia” voltada para esse grupo.

Quanto à questão racial e a desigualdade de acesso à educação superior, se observarmos o Censo de 1950, 11% da população era composta por negros, destes, apenas 0,28% concluíam sua graduação. Em contraponto, do percentual de brancos – cerca de 61,6% - 96,87% concluíram sua formação superior, dados que comprovam o quão excludente o ensino superior no Brasil se mostrava. Vale observar que esses dados censitários eram bastante imprecisos, de fato a população negra aparece completamente subestimada, algo que somente será corrigido nos censos mais recentes.

Este cenário perdurou até meados da década de 1980. Segundo Santos e Cerqueira (2009), a década de 1980 foi de crise econômica e de transição política que culminou, com uma nova Constituição em 1988. No período, tanto o setor público como o privado foram atingidos pela estagnação no ensino superior.

Já em um contexto neoliberal, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi promulgada a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) se tornou um referencial na história da educação brasileira, tendo em vista que reestruturou e reformulou em vários aspectos a educação superior e básica brasileiras. Esta última composta pelo Ensino Infantil, Fundamental e Ensino Médio, sendo os dois primeiros, de competência dos municípios e o último, competência dos estados.

Após os dois mandatos de FHC, os governos subsequentes de Lula e Dilma podem ser caracterizados como pós-neoliberais pelos elementos centrais de ruptura com a lógica neoliberal, além de terem elementos em comum com outros governos da região, nesse contexto, Argentina, Venezuela, Bolívia e Equador. Esses elementos seriam: priorização por políticas sociais e não por ajustes fiscais; priorização por processos de integração da região e não de

tratados de livre-comércio com os americanos; e priorização por ter o Estado como responsável pela condução das políticas de crescimento econômico, e distribuição da renda (SADER, 2013).

As alterações realizadas durante o período de 2003 a 2013 sedimentaram dois fenômenos importantes: maior acesso ao ensino superior da população brasileira, evidenciado no índice de matrícula que passou de 18,6% em 2003 para 30,3% da população em 2013 (TACHIBANA et al. 2015). Isso se considerarmos a taxa bruta de matrículas, ou seja, a população total matriculada e não apenas aquela na faixa etária adequada (quer seja de 18 a 24 anos segundo o IBGE), o que configura a taxa líquida de matrícula. Quanto à democratização do acesso, há uma maior participação da população parda, negra e indígena no ambiente acadêmico. No período citado há uma expansão considerável dessa participação, passando de 21% dos que acessaram o nível superior em 2003 para 36% em 2013 (MORAES et al. 2021).

Em 2016 houve uma alteração abrupta na ordem institucional brasileira, algo que, segundo Santos (2017), trata-se de mais um golpe de Estado no país, agora com tonicidade diferente em relação a 1964, mas com a participação de um conjunto de atores conhecidos (militares, judiciário e interesses empresariais). O ano de 2019 veio confirmar e radicalizar tendências já delineadas no Brasil, resultantes do processo de ruptura democrática e crescente autoritarismo que marcam o tempo presente. Nos campos da educação, da ciência e da tecnologia, observam-se o esvaziamento orçamentário e os riscos de desmonte de todos os sistemas de políticas de Estado paulatinamente construídos ao longo de décadas de trabalho e investimentos públicos.

Diante da conjuntura recente, este artigo busca problematizar a relação entre projeto de nação e universalização da educação superior, ponto central da análise desenvolvida pelo professor Florestan Fernandes, enquanto cientista social. Assim, busca-se desenvolver essa questão analisando o padrão de inclusão e permanência no ensino superior pós-constituição federal de 1988, através da avaliação dos níveis de investimento no ensino superior, tendo no caso específico da Universidade Federal do Pará um estudo de caso modelo. Realiza-se para tanto, comparativo entre os ciclos governamentais FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, estabelecendo um indicador comparativo entre os oito ciclos governamentais do período de análise, através do Indicador de Ensino Superior (IES).

O artigo está desenvolvido em três seções, além desta introdução. Na seção seguinte observa-se como a educação superior foi atingida nos últimos dez anos pelo processo de crise

política e econômica, se utiliza de dados estilizados para demonstrar a evolução orçamentária nos últimos ciclos governamentais e como o comportamento dos gastos governamentais se adequam ao modelo neoliberal do período mais recente. Na terceira seção aborda-se os indicadores referentes à Universidade Federal do Pará, tanto estabelecendo dados comparativos, quanto analisando o desenvolvimento desta importante instituição nas últimas décadas, considerando a análise comparativa dos diferentes ciclos governamentais. Por fim, apresenta-se as considerações finais.

2. O ATAQUE RECENTE À EDUCAÇÃO SUPERIOR: A NEGAÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL

Os últimos dez anos constituíram um período de modificações conjunturais aceleradas no Brasil, não para melhor e, sim, de enormes tensões e dificuldades, inclusive e principalmente à educação superior e às condições de desenvolvimento científico e tecnológico. Podemos afirmar que desde o Golpe Parlamentar-Militar de 2016, observa-se o recrudescimento de uma onda “neoliberal autoritária” (TRINDADE, 2020, POCHMANN, 2022). De um modo geral cinco pontos característicos do neoliberalismo enquanto “ideologia de crise” da economia mundo capitalista, são pontos macroeconômicos fundamentais:

a) A crescente e maior intervenção financeirizada do Estado, com elevação do esforço fiscal para fazer frente à elevação da dívida pública, dentro de uma lógica de produzir dívida pública para transferir rendas nacionais para o centro capitalista (TRINDADE et al, 2022). Assim, podemos entender a Emenda Constitucional 95/16 (Emenda do Teto de Gastos) enquanto uma condição a mais de controle e rigidez como parte das regras do capitalismo rentista.

b) O reforço ao discurso do “territorialismo” e a noção de que políticas de desenvolvimento devam ser pontuais e locais, como negação a políticas nacionais e de afirmação de capacidades soberanas de desenvolvimento. Aspecto que reforça a disputa interna federativa, somente favorecendo interesses empresariais pontuais e desorganizando às relações federativas, algo visível nas políticas de incentivos fiscais e perda de receitas tributárias (OLIVEIRA, 2013; POCHMANN, 2022).

c) Imposição pela OMC (Organização Mundial do Comércio) de normas tarifárias e para-tarifárias que sufragam os “princípios da concorrência, abertura comercial e flexibilidade

cambial” desiguais e fortemente assimétricos, diminuindo a capacidade de negociação dos países periféricos e reforçando os circuitos comerciais norte-norte. A diminuição de barreiras tarifárias associadas a acordos multilaterais realizados no âmbito da OMC e à proliferação de acordos regionais favoreceu a globalização de processos produtivos, reforçando formas de subcontratação e a crescente externalização produtiva em diversos setores (BELLUZZO, 2009; MARTINS, 2011; OSORIO, 2014).

d) Elevação dos desequilíbrios financeiros e comerciais. A financeirização se processa tanto pelo reforço do caráter rentista da estrutura econômica, compreendendo a expansão da massa de capital fictício no sistema de crédito, como pela flexibilidade cambial e liberalização da conta de capital com conseqüente instabilidade das transações correntes e balanço de pagamentos das economias periféricas e, nos últimos anos das próprias economias centrais (BELLUZZO, 2009; MARTINS, 2011; TRINDADE, 2020).

e) Desmonte das políticas sociais, flexibilização dos mercados de trabalho e destruição da seguridade social, componentes necessários à expansão sem freios do Exército Industrial de Reserva e ao estabelecimento da ideologia liberal-conservadora (“cada um por si, Deus por todos”). No Brasil temos parcela considerável da população vivendo em condições de subocupação, constituindo parte da enorme massa de pessoas não servíveis ao capitalismo.

Nas décadas de 1990 e 2000, as alterações foram sensíveis, conformando políticas externas da economia hegemônica com o objetivo de buscar superávits comerciais que pudessem, mesmo de forma limitada, recompor a capacidade de financiamento estadunidense. Será neste contexto que se observará no Brasil uma agenda que sedimentará uma trajetória de desestruturação industrial e de reprimarização de sua base produtiva (GOLÇALVES, 2013; MARTINS, 2011; BELLUZZO, 2009). Cabe destacar que os anos dos governos Lula e Dilma (2003/2016) demarcaram um período de parcial interrupção na lógica dependente-neoliberal, centrado em três aspectos: i) priorização das políticas sociais e não do ajuste fiscal; ii) fortalecimento da integração regional e; iii) priorização do papel do estado como indutor anticíclico (SADER, 2011; TRINDADE, 2022).

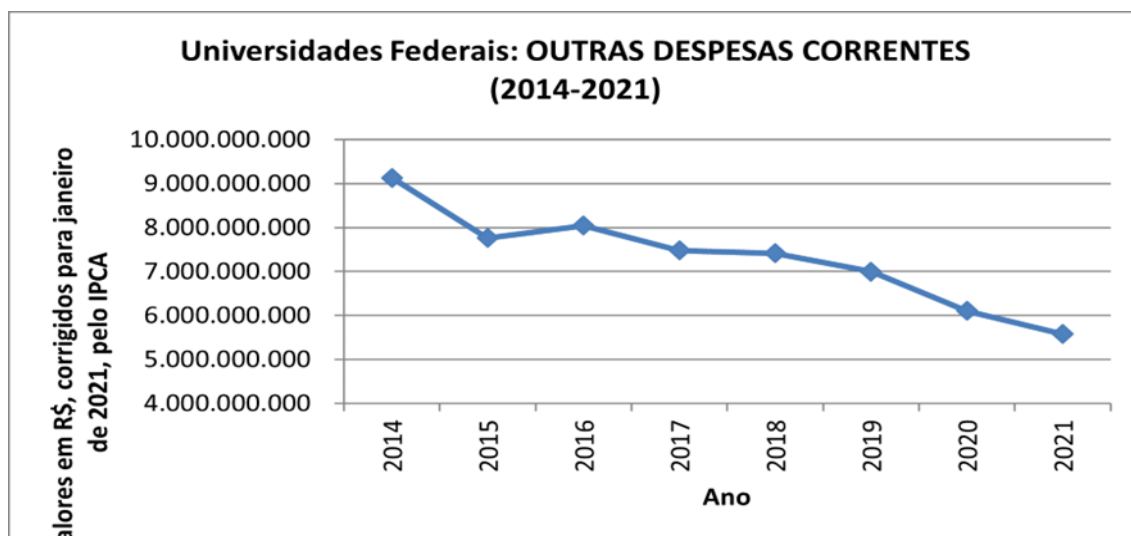
Nos últimos anos (2016/2022), porém, se observa um recrudescimento neoliberal, com características mais intensas e de maior impacto sobre a base econômica e social brasileira. Vale notar a destruição da própria base institucional estabelecida ao longo do período posterior a Constituição Federal de 1988, impondo inclusive a destruição de parcela da estrutura

industrial ainda prevalecente, a exemplo do esfacelamento da Petrobras e da Eletrobras, elementos fundamentais da infraestrutura produtiva nacional.

A EC 95/16 alterou a vinculação entre receitas e despesas públicas, afetando os gastos sociais. Os limites mínimos nas áreas de saúde e educação, vinculados a determinações constitucionais, passam a ser corrigidos pela nova regra fiscal, ou seja, terão que se enquadrar no limite de gastos corrigidos pelo IPCA do ano anterior. Uma das consequências da EC é o congelamento dos gastos sociais, mesmo que em termos reais, nos patamares de 2016, com graves consequências para o desenvolvimento de políticas públicas para toda a sociedade. A opção do governo foi priorizar o ajuste fiscal pela ótica da despesa primária, ou seja, não toca nas despesas financeiras, tendo impacto elevado sobre as políticas sociais e em conquistas recentes dos trabalhadores. Um dos principais resultados impactantes das modificações orçamentárias e do regime neoliberal autoritário foi a redução acelerada com os gastos em Educação e Ciência e Tecnologia, como podemos afirmar visualizando os dados orçamentários apresentados em gráficos abaixo.

Os recursos financeiros associados à Educação no período 2014-2021 apresentam uma queda persistente, saindo do patamar de R\$ 130,0 bilhões para o valor entre R\$ 90,0 bilhões e R\$ 100,0 bilhões, sendo que a variação de 2014 a 2020 – o maior valor e o menor valor da série – foi de R\$ (-37,7) bilhões. Esta queda significa uma redução de 28,5% nos recursos da Função Educação, como mostra Amaral (2021). Por sua vez, os recursos destinados às Universidades Federais foram drasticamente reduzidos no período pós-Golpe de 2016, tanto nos seus componentes de custeio (pagamento de água, luz, internet, vigilância, limpeza, terceirizados, aquisição de material de consumo), quanto de investimento. Assim, o custeio das instituições teve uma redução de 38,9%, declinando de R\$ 9,0 bilhões em 2014 para valores em torno de R\$ 5,5 bilhões em 2021, uma redução de R\$ (-3,5) bilhões.

Gráfico 1 - Orçamento Outras Despesas Correntes (ODC) das Universidades Federais (2014-2021)

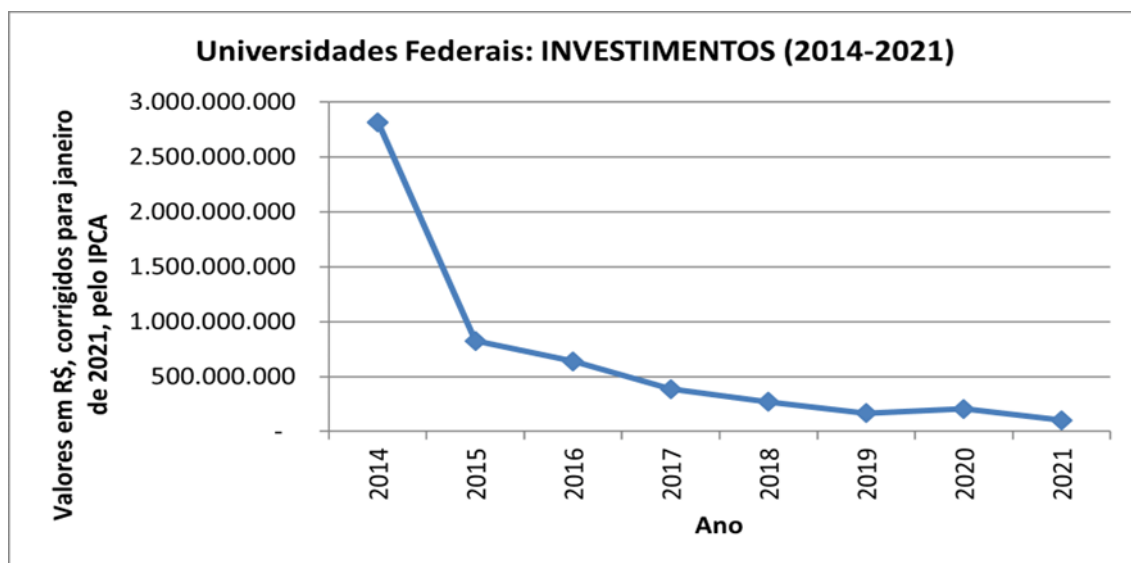


Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021. Extraído de Amaral (2021).

O componente investimento ainda foi mais atingido, tornando a capacidade de organização e planejamento da infraestrutura universitária risível, os valores em 2021, da ordem de R\$ 100 milhões são insignificantes frente ao tamanho do sistema e as suas necessidades de aquisição e atualização de equipamentos para os seus laboratórios. De 2014 a 2021 presenciase uma drástica queda nesses recursos, saindo de R\$ 2,8 bilhões em 2014 para R\$ 100 milhões em 2021, uma queda de 96,4%.

Esse quadro geral de ataque à educação e às Universidades Federais se colocam dentro de uma percepção geral de desorganização da soberania nacional brasileira ou como já considerado uma nova rodada neoliberal. Como já ponderava Florestan Fernandes ainda na década de 1990: “o estado capitalista “neoliberal” fortalece a repressão enquanto aumenta as promessas de distribuição da renda (Fernandes, 1991a, p. 24).

Gráfico 2 - Orçamento de Investimentos das Universidades Federais (2014-2021)

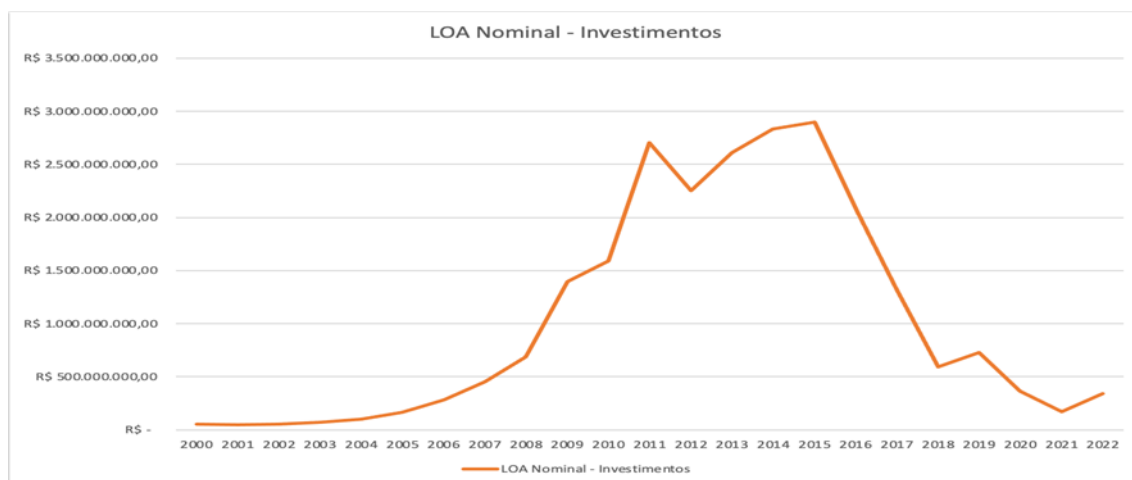


Fonte: BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021. Extraído de Amaral (2021).

O que observamos no atual cenário são problemas e limites difíceis de serem enfrentados, mas cujo não enfrentamento, necessariamente levará a uma desorganização social brasileira ainda maior, sendo que a educação pública e gratuita, em todos os níveis, e mais especialmente a educação superior, está no centro dessa disputa por soberania e desenvolvimento com justiça.

Quando comparamos, por exemplo, a LOA 2014 com a LOA 2021 de investimentos a redução é de mais de 95% para esse grupo de despesas. Saindo de pouco mais de 2,8 bi para impactantes 169 milhões de reais. Importante ressaltar a relevância desse grupo para a consecução das atividades de qualquer Instituição que atue no campo da pesquisa, inovação, tecnologia e da ciência. Além do mais, essa parcela do orçamento também é a responsável por toda a infraestrutura da Universidade, quer seja com novas instalações, novos prédios, quer seja com as reformas necessárias para continuidade das atividades.

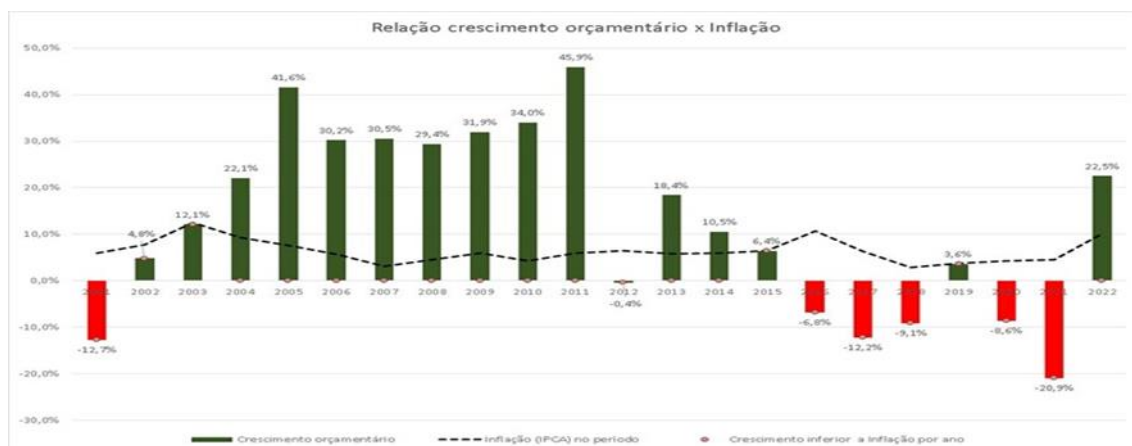
Gráfico 3 – Lei Orçamentária Anual Nominal - Investimentos (2000-2022)



Fonte: Painel da Execução Orçamentária das Universidades Federais – ANDIFES (2022). Elaboração própria.

Quando se observa o conjunto dos dados entre os anos de 2003 e 2015 constata-se o nível de crescimento orçamentário - das despesas discricionárias - maior do que os índices inflacionários (IPCA). Período este inserido no contexto dos governos pós-neoliberais (Lula e Dilma). Este incremento de recursos reais (acima da inflação) foi implementado através de várias iniciativas no sentido de ampliar o acesso à educação superior, assim como atuar com implementação de políticas para manutenção desse aluno na universidade. Dentre essas realizações podemos destacar o Programa Universidade para Todos – PROUNI - destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% ou 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos .

Gráfico 4– Relação crescimento orçamentário x inflação (2001-2022)



Fonte: Painel da Execução Orçamentária das Universidades Federais – ANDIFES (2022). Elaboração própria

Ao verificarmos o período subsequente, sobretudo pós-golpe de 2016, os números deixam claro o nível de investimento dedicado a essas mesmas políticas. Sucessivos cortes orçamentários são observados, por exemplo, nos anos de 2016, 2017, 2018, 2020 e 2021. Ademais, verificamos sucessivas taxas negativas de crescimento em relação à inflação. Como exemplo, o ano de 2018 onde houve um corte no orçamento da ordem aproximada de 9,1% em relação ao exercício anterior (2017), e uma taxa de inflação de aproximadamente 2,9%. Em 2021, os números são ainda mais impactantes. Uma redução da ordem de 20,9% do orçamento, aliado a uma taxa de inflação de 4,5%.

Os números deixam claro a irrelevância da educação para os governos neoliberais do último período, evidenciado por reduções orçamentárias drásticas, inviabilizando pesquisas, atividades de extensão, fragilizando o ensino, dentre inúmeras outras ações desenvolvidas por essas instituições. Assim observa-se nesta conjuntura um enorme processo de desmonte e estrangulamento da educação superior e ciência e tecnologia brasileiras, com o estabelecimento de uma forma neoliberal autoritária cujo centro parece ser o desmonte da soberania nacional brasileira e grande transferência de riquezas nacionais para o sistema financeiro mundial, algo que recoloca no centro das contradições e dúvidas a possibilidade da privatização do próprio sistema de ensino superior público brasileiro. A seguir, apresentaremos os números da Universidade Federal do Pará (UFPA) contextualizado com a realidade já tratada, demonstrando o nível de investimento educacional nos ciclos de governos, objetivo fundamental deste estudo.

3. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NO CONTEXTO DE AFIRMAÇÃO E CRISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

3.1 A UFPA E O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO ESTADO DO PARÁ

A Universidade Federal do Pará é a terceira maior instituição de ensino superior pública federal, tendo o maior número de discentes de graduação e pós-graduação do Norte e Nordeste brasileiros. Vale observar ainda que o orçamento da instituição representa o terceiro maior orçamento institucional, somente superado pelo orçamento do Governo estadual e do Governo Municipal de Belém. Analisar as condições como a UFPA tem se desenvolvido nas últimas duas décadas se reveste de importância tanto para se tratar do arranjo teórico que nos baseamos, ou seja, o papel da educação superior pública para a soberania nacional brasileira, como também sua real repercussão sobre as condições de desenvolvimento regional.

Ao longo das últimas três décadas a UFPA passou, evidentemente, por diversos processos de transformação. Em especial faz-se necessário citarmos o seu desmembramento em outras duas importantes universidades federais para a região amazônica. Aqui estamos falando da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)³ e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Outra universidade criada neste período foi a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Com a missão de impulsionar a universalização da educação pública de qualidade para a região. Com estrutura multicampi, esta universidade está presente em Marabá (sede), Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara. Contudo, sua área de abrangência vai além dessas cidades, envolvendo os 39 municípios da mesorregião do Sul e Sudeste paraense, ainda com potencial impacto no norte do Tocantins, sul do Maranhão e norte do Mato Grosso⁴.

³ A UFOPA foi criada em 5 de novembro de 2009, por meio da Lei nº 12.085, que dispunha sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Ela foi a primeira instituição federal de ensino superior criada com sede num dos pontos mais estratégicos da Amazônia, no município de Santarém, a terceira maior cidade paraense, mundialmente conhecida por suas belezas naturais, com destaque para o encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas.

⁴ A instituição de ensino foi criada em 5 de junho de 2013, pela Lei Federal 12.824, a partir do desmembramento do Campus Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA). A Unifesspa disponibiliza mais de 40 cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) na modalidade presencial, 18 programas de Pós-Graduação lato (especializações e aperfeiçoamentos) e stricto sensu (mestrados e doutorados), além de desenvolver atividades de pesquisa e extensão que contribuem para o desenvolvimento econômico e social do Pará e do país.

Na atualidade a UFPA é constituída por quinze (15) institutos, nove (9) núcleos e doze (12 campis), além de uma (1) escola de aplicação, uma (1) escola de música, uma (1) escola de teatro e dança, dois (2) hospitais universitários e um (1) hospital veterinário. Apresenta um total de 34.960 alunos matriculados em cursos de graduação, 10.687 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, 1.539 alunos matriculados na educação básica (escola de aplicação) e 4.045 alunos matriculados na educação profissional e tecnológica e cursos livres (UFPA, 2022).

3.2 INDICADORES DE DESEMPENHO EDUCACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

No intuito de analisar a Universidade Federal do Pará no contexto da educação superior brasileira, realizamos coleta de dados acadêmico-institucionais e construímos indicadores, considerando “fatores” de impactos com vistas a realizar a comparação dos diferentes ciclos governamentais e atestar a hipótese estabelecida de que nos ciclos neoliberais temos a piora dos indicadores em conformidade com a lógica nacional de perda de capacidade de soberania nacional, tal como estabelecido na seção anterior. Esta coleta foi realizada através de solicitação junto à plataforma Fala.BR para o período de 1995 a 2020, período este que referente a oito ciclos governamentais.

O primeiro ciclo tem seu período delimitado entre os anos de 1995 e 1998, ele se refere ao primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e o segundo ciclo entre 1999 e 2002, referente ao seu segundo mandato. O terceiro ciclo, tendo como presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem no período de 2003 a 2006 o seu primeiro mandato e o quarto ciclo no período de 2007 a 2010, o seu segundo mandato. O quinto ciclo corresponde ao período entre 2011 e 2014 e o sexto ciclo governamental, o período de 2015 a maio de 2016, tendo como presidente Dilma Roussef (afastada devido a um processo de impeachment em 12 de maio de 2016, que constituiu concretamente um golpe de Estado que demarcou o estabelecimento de um período neoliberal autoritário). Entre maio de 2016 e 31 de dezembro de 2018, assumiu o mandato presidencial o então vice-presidente Michel Temer, configurando dessa forma o sétimo ciclo governamental. E por fim, o oitavo ciclo governamental, desde 01 de janeiro de 2019, o mandato do atual presidente Jair Bolsonaro.

As informações solicitadas junto à plataforma, foram as seguintes: a) orçamento de outras despesas correntes (ODC) no período de 1995 a 2020; b) alunos matriculados na graduação no período de 1995 a 2020; c) vagas ofertadas na graduação, demanda geral e cotas,

no período de 1995 a 2020; d) expansão dos cursos de graduação no período de 1995 a 2020. Ademais, foi obtido junto aos Anuários Estatísticos da UFPA, para o período de 1995 a 2020, a evolução do quadro de docentes e de técnicos administrativos. Após extração, os dados foram agrupados encontrando dessa forma-Fator de Comparação- para cada um desses dados brutos dimensionados.

A despesa orçamentária está classificada em duas categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital. Para este estudo, direcionamos nossas atenções às despesas correntes que se referem a todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Para este estudo será objeto de análise a GND (outras despesas correntes). Ela se refere às despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa (MCASP, 2021).

Para o cálculo do Fator Outras Despesas Correntes (ODC) foram utilizados os dados entre os anos de 1995 e 2020. Os dados foram obtidos junto ao sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, seção Orçamento da União, Leis Orçamentárias, LOA – Lei Orçamentária Anual. Após agrupamento dos dados, foi realizada a média aritmética correspondente a cada um dos ciclos, conforme equação abaixo:

$$\underline{x}ODC = \frac{\sum ODC}{N} \quad (1)$$

Onde:

“ \underline{x} ” é a média aritmética;

“ODC” fator orçamento de outras despesas correntes aprovado na LOA;

“N” é o tempo (em anos) do ciclo governamental.

No que tange aos cursos de graduação, foram utilizados os dados entre os anos de 1995 e 2020, coletados, como já mencionado anteriormente, via plataforma da CGU, Fala.BR. Os dados coletados foram referentes ao quantitativo anual de cursos de graduação no período acima referenciado. Deve-se esclarecer, ainda, que dados referentes aos anos de 1995 a 1997 foram obtidos diretamente junto à Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Os dados referentes ao período de 1998

a 2001 foram coletados do Relatório de Gestão da UFPA, localizado em seu sítio institucional, mais precisamente na página da PROPLAN, item documentos, opção Relatório de Gestão. Os dados referentes ao período de 2002 a 2006, e 2020 foram coletados dos Anuários Estatísticos da UFPA. Documento este, localizado também em seu sítio na página da PROPLAN, item documentos, opção Anuário Estatístico. Por fim, os dados referentes ao período de 2007 a 2019 foram coletados no sítio institucional da UFPA, mais precisamente no item Institucional, opção UFPA em números.

Para a produção do Fator Disponibilidade dos Cursos de Graduação (CG), os dados foram agrupados, sendo realizada a média aritmética correspondente a cada um dos ciclos, conforme equação abaixo:

$$\underline{x}CG = \frac{\sum CG}{N} \quad (2)$$

Onde:

“ \underline{x} ” é a média aritmética;

“CG” fator disponibilidade dos cursos de graduação;

“N” é o tempo (em anos) do ciclo governamental.

Quanto à oferta de vagas, foram utilizados os dados do período objeto deste estudo, quer seja entre os anos de 1995 e 2020, com as mesmas fontes e procedimentos já explicitados anteriormente. Os dados coletados foram referentes ao quantitativo anual de vagas disponibilizadas para o conjunto dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esses dados foram necessários para produção do Fator Oferta de Vagas (V). Após organização e posterior agrupamento dos dados, foi realizada a média aritmética correspondente a cada um dos ciclos, conforme equação abaixo:

$$\underline{x}V = \frac{\sum V}{N} \quad (3)$$

Onde:

“ \underline{x} ” é a média aritmética;

“V” fator oferta de vagas (incluindo cotas sociais e raciais);

“N” é o tempo (em anos) do ciclo governamental.

Os dados coletados referentes ao quantitativo de docentes da UFPA possibilitou a construção do Fator Quantitativo de Docentes (D), os dados foram organizados sendo realizada a média aritmética correspondente a cada um dos ciclos, conforme equação abaixo:

$$\underline{x}D = \frac{\sum D}{N} \quad (4)$$

Onde:

“ \underline{x} ” é a média aritmética;

“D” fator quantitativo de docentes;

“N” é o tempo (em anos) do ciclo governamental.

Quando nos reportamos ao contingente de técnicos-administrativos em educação para a construção do Fator Quantitativo de Técnicos-administrativos em Educação (TA), foi realizada a média aritmética correspondente a cada um dos ciclos em estudo, conforme equação abaixo:

$$\underline{x}TA = \frac{\sum TA}{N} \quad (5)$$

Onde:

“ \underline{x} ” é a média aritmética;

“TA” fator quantitativo de técnicos-administrativos em educação;

“N” é o tempo (em anos) do ciclo governamental.

Para a construção do Fator Alunos Matriculados nos Cursos de Graduação (AM), após a organização dos dados, foi realizada a média aritmética correspondente a cada um dos ciclos, conforme equação abaixo:

$$\underline{x}AM = \frac{\sum AM}{N} \quad (6)$$

Onde:

“ \underline{x} ” é a média aritmética;

“AM” fator alunos matriculados nos cursos de graduação.

“N” é o tempo (em anos) do ciclo governamental.

Realizados os agrupamentos e feito o tratamento dos dados obtidos organizamos a Tabela 1 composta de valores correspondentes ao período de 1995-2020. O levantamento dessas informações no período referenciado, tem o objetivo de se avaliar os números em cada um dos ciclos governamentais do período pós-constituição federal de 1988, buscando evidenciar os níveis de investimento educacional através de dados orçamentários e acadêmico-institucionais aqui compreendido os números referentes ao quantitativo de cursos de graduação, oferta de vagas, quantitativo de docentes e técnicos-administrativos em educação e, por fim a população de discentes matriculados nos cursos de graduação ao longo desse período.

Tabela 1 - Dados acadêmico-institucionais da Universidade Federal do Pará (1995 a 2020)

Ano	Outras Despesas Correntes (R\$)	Quantitativo de cursos de graduação	Quantitativo de oferta de vagas nos cursos de graduação	Quantitativo de docentes	Quantitativo de técnicos-administrativos em educação	Quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação
1995	16.667.727,00	43	3800	2164	2636	21121
1996	36.177.131,00	44	3760	2179	2579	20804
1997	29.433.868,00	121	4080	2245	2471	20788
1998	36.674.195,00	132	4330	2216	2457	21865
1999	25.083.271,00	133	4790	2156	2247	25407
2000	24.275.095,00	153	4573	2146	2151	26421
2001	27.047.718,00	172	4485	2166	2116	28921
2002	25.553.913,00	176	4510	2249	2138	33198
2003	25.715.645,00	241	4525	2227	2189	33164
2004	31.235.706,00	234	5290	2347	2354	34485
2005	43.083.460,00	262	5170	2337	2342	35485
2006	49.711.521,00	214	4805	2436	2370	24442
2007	55.472.888,00	240	5531	2455	2281	31174
2008	63.725.364,00	300	7019	2476	2454	30297
2009	75.066.995,00	432	7538	2573	2373	30445
2010	98.402.873,00	513	8391	2522	2309	32169
2011	132.336.291,00	541	9069	2634	2304	34525
2012	157.508.000,00	566	9800	2722	2379	39236
2013	195.000.046,00	497	10985	2758	2337	41732
2014	224.639.770,00	551	9473	2692	2323	40189
2015	217.912.436,00	535	9736	2693	2375	40275
2016	207.769.211,00	548	10146	2867	2541	40310
2017	205.969.909,00	582	10424	2944	2553	38865
2018	223.925.885,00	588	8954	2959	2562	36959
2019	241.214.745,00	579	9415	2999	2539	38786
2020	147.034.288,00	563	9180	2898	2523	29281

Fonte: Câmara dos Deputados e Universidade Federal do Pará (2022), conferir notas de rodapé 2, 3, 4, 5, 6, 7. Elaboração própria.

Após a formatação desses dados, buscou-se consolidá-los no intuito analisar indicadores que evidenciasse de forma objetiva os níveis de investimento educacional no período em análise. Para tanto, construiu-se o Indicador de Investimento na Educação Superior (IIES). O IIES expressa o nível de investimento na educação superior, considerando fatores que influenciam e que expressam os níveis de acesso e permanência no ensino superior para cada ciclo governamental em estudo, são eles: a) média aritmética do orçamento ODC (outras despesas correntes) aprovado na LOA; b) média da disponibilidade dos cursos de graduação;

c) média da oferta de vagas (incluindo cotas sociais e raciais); d) média da quantidade de docentes; e) média da quantidade de técnicos-administrativos em educação, e f) média dos alunos matriculados nos cursos de graduação. A partir da relação desses fatores, formulou-se a seguinte equação:

$$IIES = \frac{\underline{x}ODC.1,5 + \underline{x}CG + \underline{x}V + \underline{x}D + \underline{x}TA + \underline{x}AM}{\underline{x}ODC + \underline{x}CG + \underline{x}V + \underline{x}D + \underline{x}TA + \underline{x}AM} \quad (7)$$

Onde:

“ \underline{x} ” é a média aritmética;

“ODC” fator orçamento de outras despesas correntes aprovado na LOA;

“CG” fator disponibilidade dos cursos de graduação;

“V” fator oferta de vagas (incluindo cotas sociais e raciais);

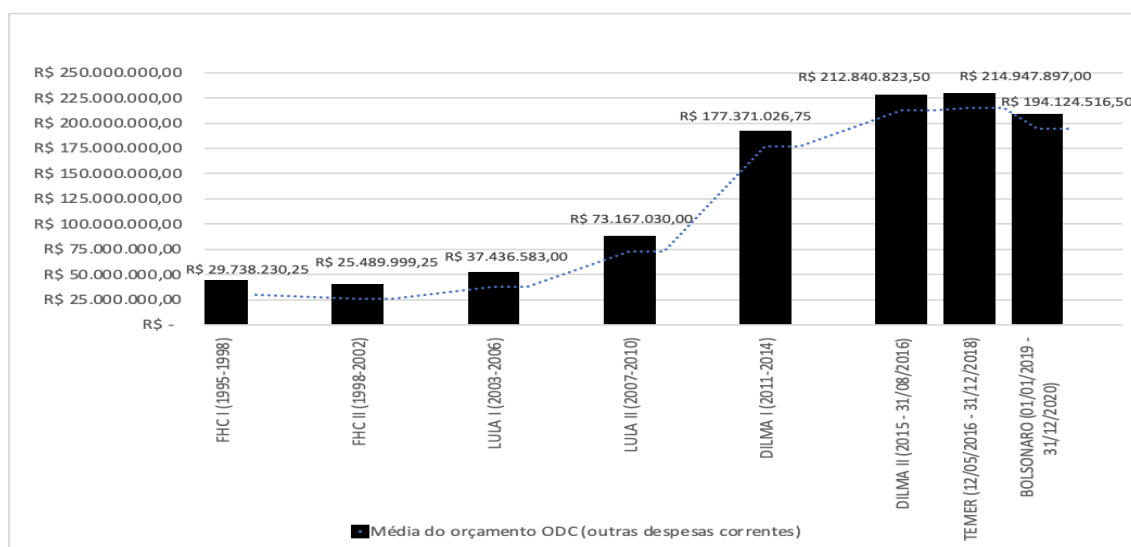
“D” fator quantitativo de docentes;

“TA” fator quantitativo de técnicos-administrativos em educação;

“AM” fator alunos matriculados nos cursos de graduação.

Ao analisarmos o Fator Outras Despesas Correntes ODC, verificamos a média aritmética do orçamento de outras despesas correntes disponibilizado para a Universidade Federal do Pará (UFPA) em cada um dos ciclos governamentais em análise, cujos valores estão no Gráfico 5 abaixo:

Gráfico 5 - Média do orçamento ODC da Universidade Federal do Pará (1995-2020)

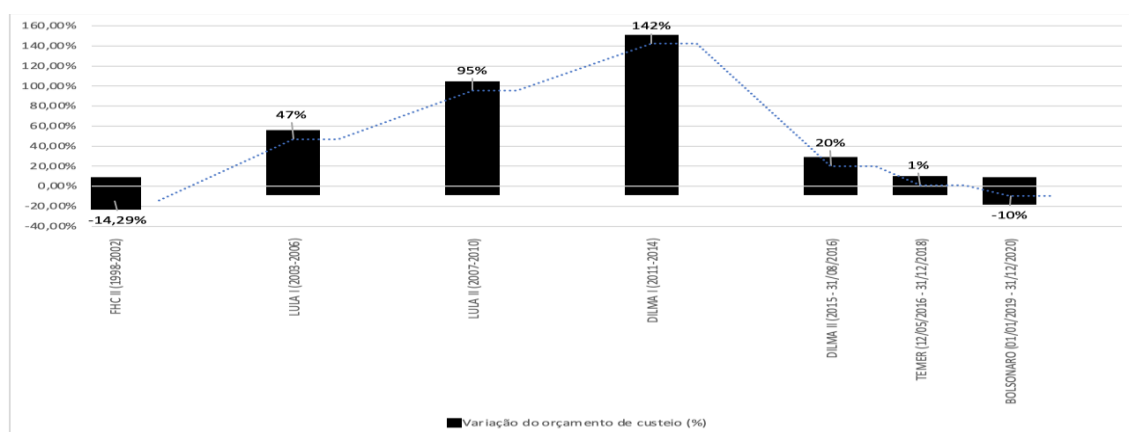


Fonte: Câmara dos Deputados e Universidade Federal do Pará (2022), conferir as notas de rodapé 2, 3, 4, 5, 6, 7. Elaboração própria.

Quando observamos os valores ao longo dos 8 ciclos governamentais em análise, constata-se o declínio de valores entre os dois governos do então presidente Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1998 a 2002. Alteração expressiva ocorreu entre o segundo mandato do presidente Luiz Inácio e o governo Dilma. Nos ciclos V e VI, referentes aos mandatos da presidenta Dilma Rousseff, os valores ampliam em mais de 140% em relação ao ciclo imediatamente anterior. Segundo Gentili e Oliveira (2013), durante seus dois mandatos, o presidente Lula buscou também desenvolver políticas de ampliação do acesso à educação superior, processo que ganhou especial força desde que Fernando Haddad assumiu a gestão do Ministério da Educação (MEC), em 2005. A presidenta Dilma Rousseff deu continuidade a todo esse processo.

Porém, no ciclo VII, mandato de Michel Temer, observa-se uma tendência à estagnação e decréscimo. Por fim, ao analisarmos os números parciais do último ciclo (governo que encerra sua gestão em 31 de dezembro de 2022), observa-se uma tendência de queda na disponibilização orçamentária da UFPA. Passando de pouco mais de 214 milhões para pouco mais de 194 milhões de reais. Evidentemente, essa análise pode ser extrapolada para o conjunto de universidades federais do país, como já se observou na segunda seção do artigo.

Gráfico 6 – Variação do orçamento ODC da Universidade Federal do Pará (1995-2020)

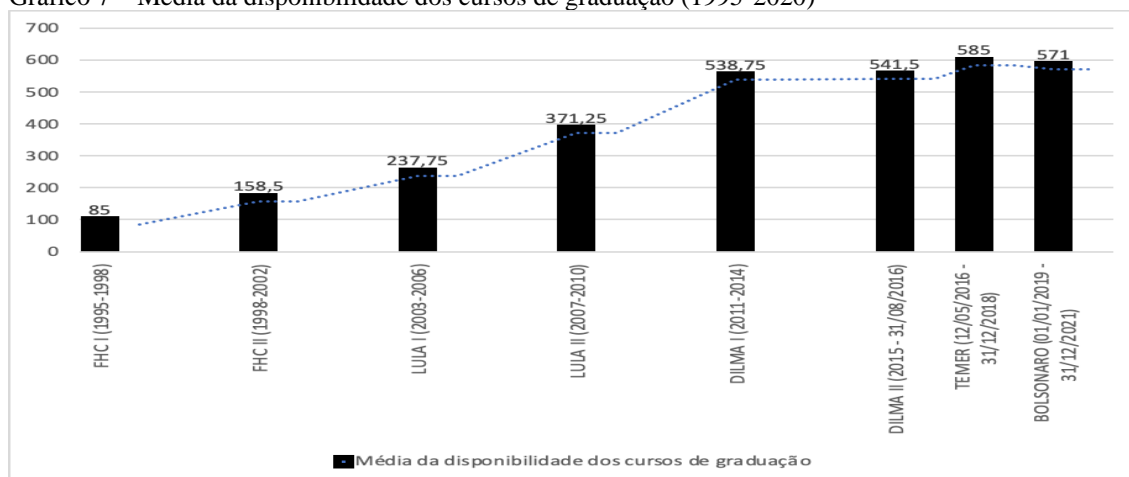


Fonte: Câmara dos Deputados e Universidade Federal do Pará (2022). Elaboração própria.

Ao analisarmos as variações percentuais de disponibilização de ODC (outras despesas correntes) da UFPA, constata-se claramente os movimentos de alteração cíclica entre os anos de 2003 a 2018. Nos últimos dois ciclos observa-se elevada tendência de queda, sendo semelhante ao último ciclo de FHC. A redução constatada é de 10% em relação ao ciclo imediatamente anterior. Vale observar que temos uma dupla interação no atual momento: primeiramente, a EC 95/16 passou a exercer seus efeitos negativos e disruptivos sobre a capacidade de financiamento das IF's, estabelecendo um crescente garrote sobre a capacidade orçamentária das instituições; por outro, a lógica dos últimos dois governos (desde o golpe de 2016), se agravando no atual, é a de constante supressão orçamentária e contingenciamentos, além das reduções já impostas pela EC 95/16.

Quando se analisa o Fator Disponibilidade dos Cursos de Graduação (CG), constatamos a expansão dos cursos de graduação da UFPA ao longo do período em estudo, mas sobretudo entre os anos de 2003 à 2012, conforme se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Média da disponibilidade dos cursos de graduação (1995-2020)

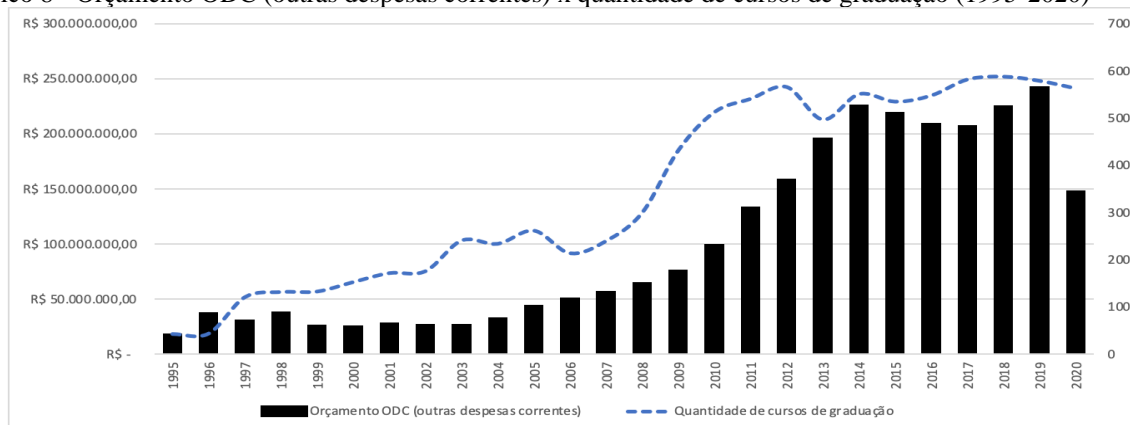


Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (2022).
Elaboração: própria.

Essa expansão se relaciona aos efeitos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Com o REUNI, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a sua expansão física, acadêmica e pedagógica. Os efeitos dessa iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 com previsão de conclusão no ano de 2012 (BRASIL, 2010). Quando analisamos a disponibilidade dos cursos de graduação em função da

disponibilidade de orçamento ODC (outras despesas correntes) entre os anos de 1995 e 2020 (gráfico 8), constata-se a efetividade das diretrizes estabelecidas pelo referido programa⁵.

Gráfico 8 - Orçamento ODC (outras despesas correntes) x quantidade de cursos de graduação (1995-2020)

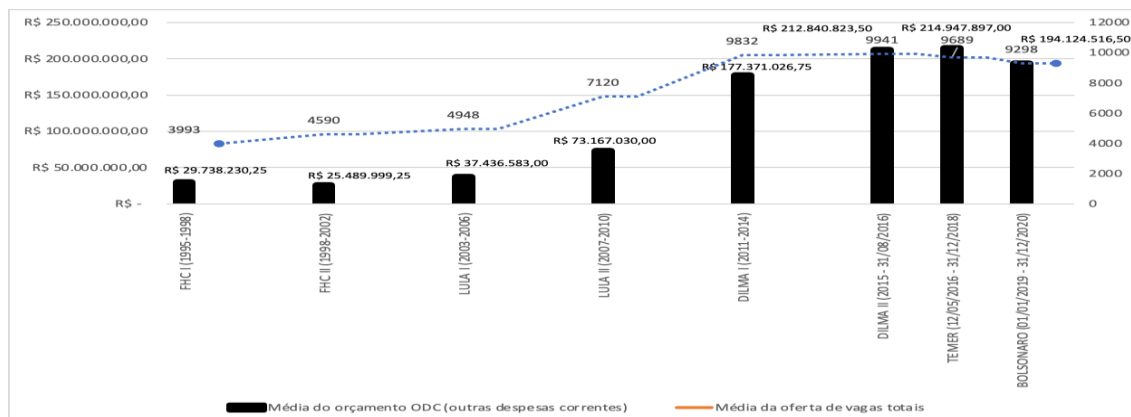


Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (2022).
Elaboração: própria.

Ao observarmos o Fator Oferta de Vagas (V), que corresponde à média aritmética do somatório da oferta de vagas totais (ampla concorrência adicionadas a vagas para PCD, indígenas, quilombolas e migre) em função do período de cada ciclo governamental e o relacionarmos com a média de ODC em cada um dos ciclos governamentais, observa-se o expressivo aumento no atendimento da demanda social e do acesso ao ensino superior no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA), como mostra o gráfico 09 abaixo:

⁵ O REUNI foi instituído através do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, que em linhas gerais tinha como meta global reduzir as taxas de evasão escolar e atingir a relação de 1 professor para 18 alunos de graduação em cursos presenciais. (BRASIL, 2007). Em seu art. 3º, inciso III o Governo Federal através do Ministério da Educação garantiu a destinação de recursos financeiros a fim de suportar todas as despesas decorrentes das iniciativas propostas, dentre elas a garantia de despesas de custeio associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação, neste caso específico em análise a expansão da oferta dos cursos de graduação.

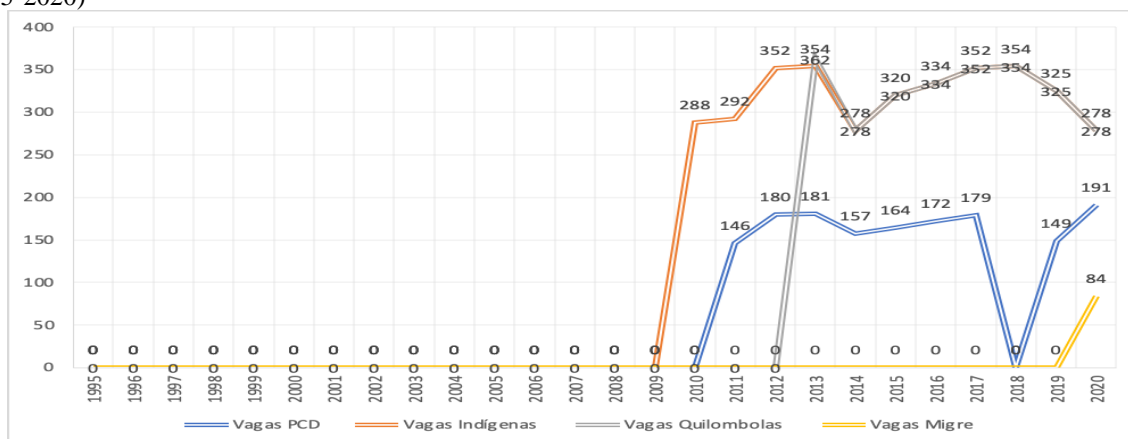
Gráfico 09 - Média do orçamento ODC (outras despesas correntes) x média da oferta de vagas totais (1995-2020)



Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (2022).
Elaboração: própria.

Considerando essa preocupação em promover a ampliação do acesso à educação superior em níveis mais abrangentes possíveis, sendo uma das diretrizes desse Programa de Expansão a ampliação das políticas de inclusão, demonstra-se essa efetiva implementação das políticas de inclusão na UFPA (gráfico 10), algo que se integra a uma política de soberania nacional na percepção de Florestan Fernandes (2006).

Gráfico 10 – Disponibilização de ofertas de vagas PCD, indígenas, quilombolas e Migre nos cursos de graduação (1995-2020)



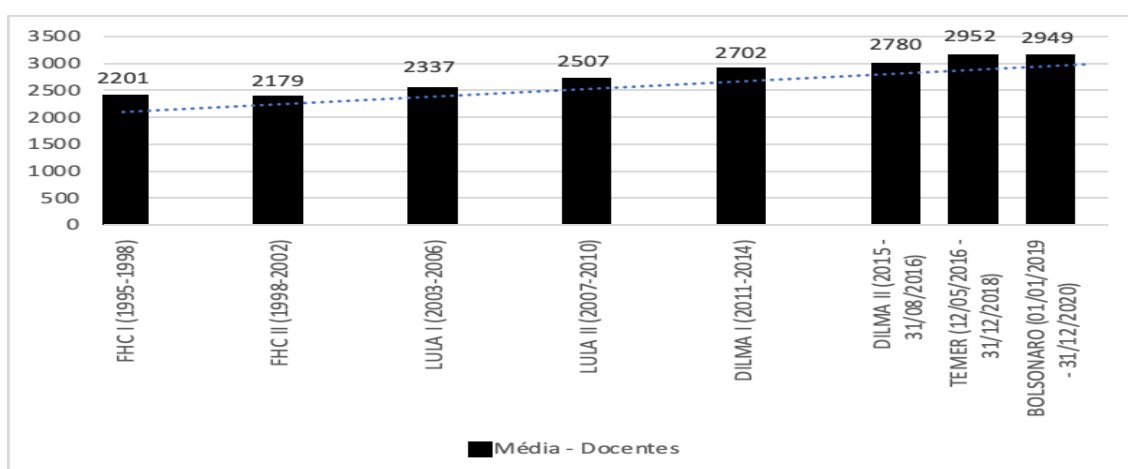
Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (2022).
Elaboração: própria.

A UFPA, a partir de 2009, através de atos normativos internos estabeleceu políticas de inclusão para o acesso aos seus cursos de graduação. Há de se destacar que a obrigatoriedade em âmbito nacional dessa política de inclusão somente viria a ser instituída em 2012 através da conhecida Lei de Cotas, Lei 12.711 de 30 de agosto de 2012. Em 2009, através de seu Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), por meio da Resolução 3.869, de 22

junho de 2009 a UFPA aprovou a reserva de duas vagas, por acréscimo em seus cursos de graduação a indígenas, via processo seletivo diferenciado⁶.

Ao analisarmos o Fator Quantitativo de Docentes (D), verifica-se a evolução da média aritmética, em números absolutos, do quantitativo de docentes da UFPA ao longo dos períodos, conforme observa-se no gráfico 11 abaixo. Assim, verifica-se ampliação do quantitativo de docentes sobretudo a partir do terceiro ciclo governamental em análise, sendo que no segundo mandato de Lula a média de docentes elevou-se para 2507.

Gráfico 11- Média do quantitativo de docentes (1995-2020)

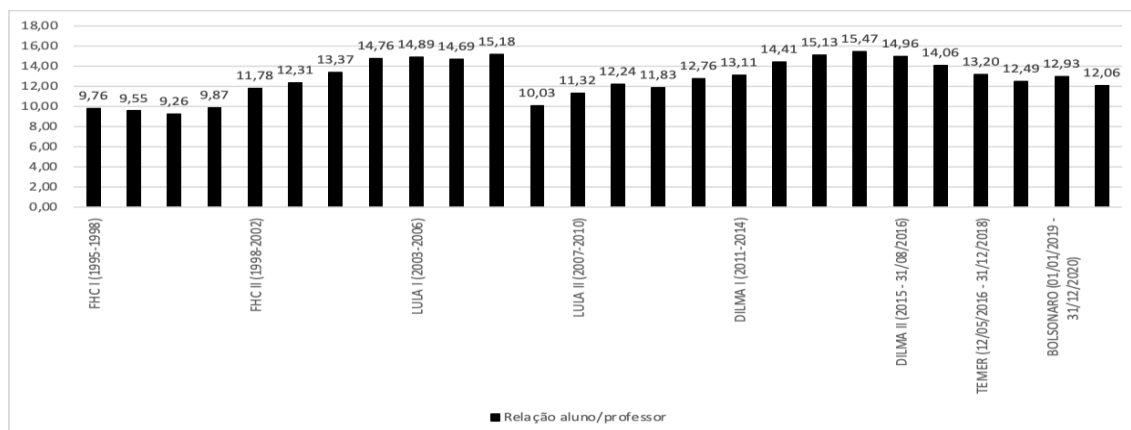


Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (2022).
Elaboração: própria.

Analisando o indicador que relaciona número de alunos para professor observa-se uma expressiva evolução. No início do governo FHC, em 1995, tínhamos uma relação 1/9,76. Ao final do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, em 2014, chega-se a uma relação aluno/professor de 1/15,47 representando um aumento de 63% em relação ao primeiro. Esses números reforçam a importância do estabelecimento de políticas educacionais, sobretudo reforça a importância do REUNI como instrumento de implementação dessas políticas.

⁶ Em 2012 foi aprovada através da Resolução CONSEPE 4.309, de 27 de agosto de 2012 a reserva de duas vagas em seus cursos de graduação, por acréscimo em favor dos quilombolas. Em 2013, foram 362 vagas disponibilizadas. Ao longo de todo esse período, as oscilações ocorrem conforme a disponibilidade dos cursos de graduação. Por fim, a mais recente normativa da UFPA sobre este tema de ampliação do acesso ao ensino superior é a Resolução 5.279, de 19 de fevereiro de 2020 do CONSEPE, a qual aprova a realização de processo seletivo especial 2020 destinado exclusivamente à seleção de candidatos imigrantes, refugiados, asilados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica em conformidade com edital próprio.

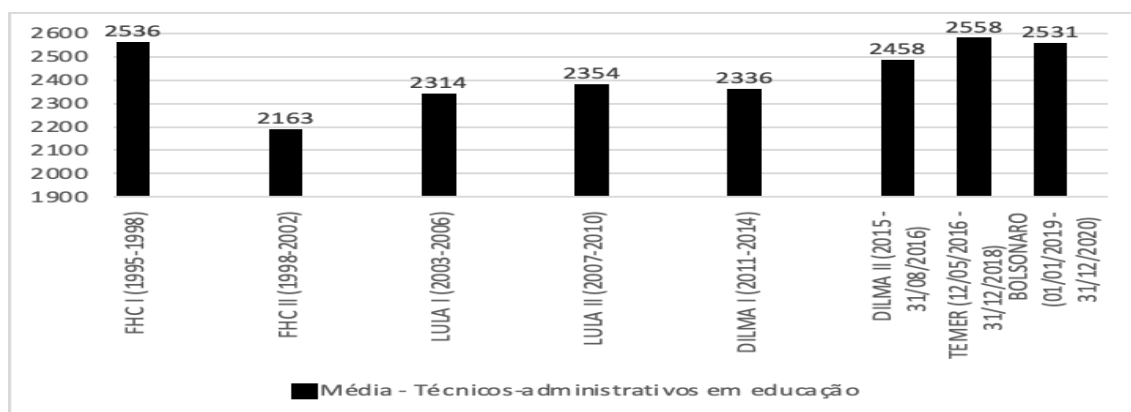
Gráfico 12 - Relação aluno/professor (1995-2020)



Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (2022).
Elaboração: própria.

Aspecto importante também a ser considerado na análise refere-se a evolução do quantitativo de técnicos-administrativos em educação a partir do terceiro ciclo governamental em análise (primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva entre os anos de 2003 e 2006). Ao longo dos ciclos subseqüentes a ampliação se intensifica com ligeiras oscilações. No período 2007-2010, quarto ciclo governamental em análise, a média do quantitativo de técnicos-administrativos em educação chega a 2354, chegando ao número máximo de 2558 no sétimo ciclo governamental (gestão do presidente Michel Temer), porém declinando desde então.

Gráfico 13 – Média do quantitativo dos técnicos-administrativos em educação (1995-2020)

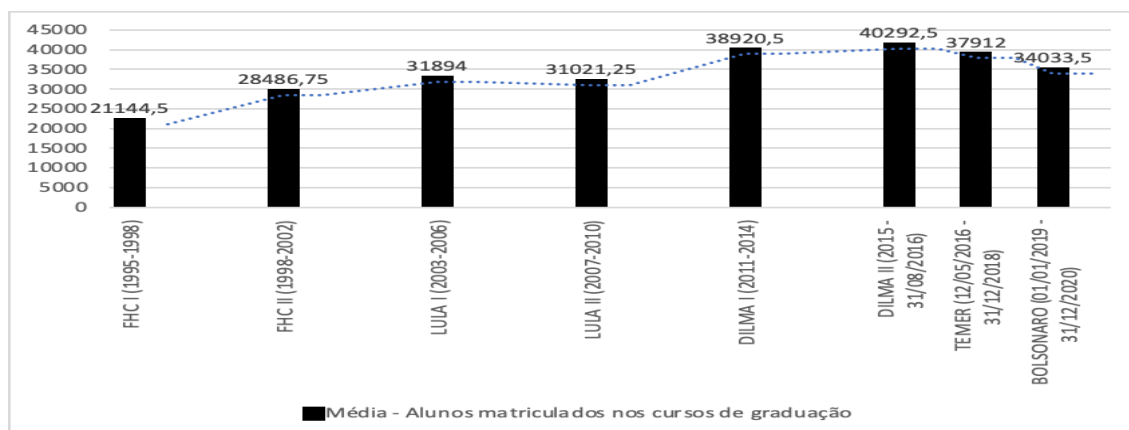


Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (2022).
Elaboração: própria.

No intuito de trazer ainda mais robustez para essa análise, houve a necessidade de se buscar os dados de alunos matriculados entre os anos de 1995 e 2020, mais precisamente a média desse quantitativo em cada um dos ciclos governamentais em análise - Fator Alunos

Matriculados nos Cursos de Graduação(AM), isso a fim de se obter primeiramente um panorama sobre o acesso aos cursos de graduação da UFPA e em um segundo momento e não menos importante, relativizar a disponibilização orçamentária por cada um desses alunos matriculados. Para este segundo momento definiremos esses valores encontrados como dotação *per capita* (gráfico 15).

Gráfico 14 – Média do quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação (1995-2020)



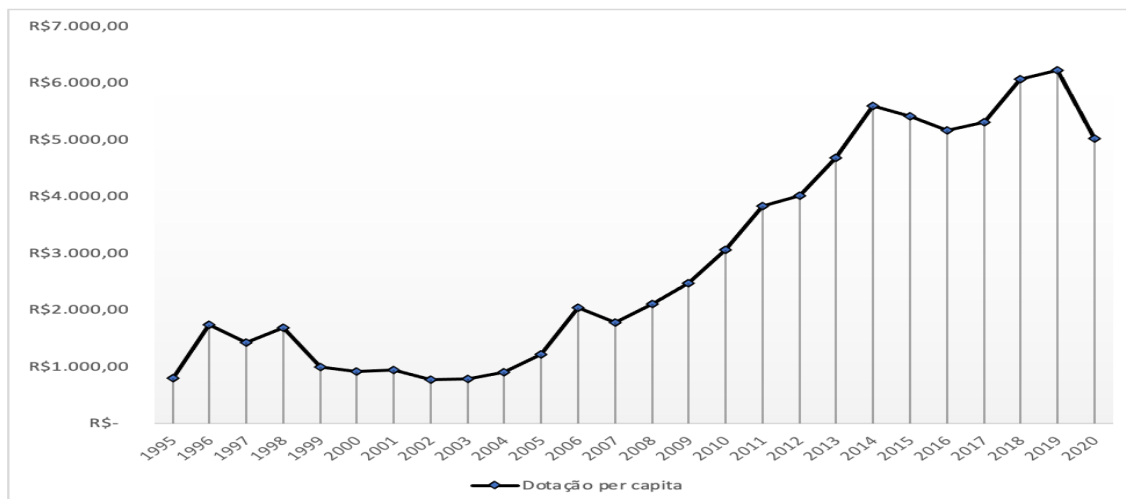
Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (2022).
Elaboração: própria.

Analisando inicialmente a evolução dos alunos matriculados, verifica-se uma tendência de aumento a partir do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) se estendendo até o final do sétimo ciclo governamental, demonstrando uma ampliação no acesso aos cursos de graduação da UFPA nesse período. Já no último ciclo governamental em análise (presidente Jair Bolsonaro, 2019-2020) verifica-se uma queda expressiva se compararmos aos dois últimos ciclos anteriores. Saindo de uma média de 40.292,50 no sexto ciclo governamental (Dilma Rousef, 2016-2018), e 37.912 no sétimo ciclo governamental (Michel Temer, 2016-2018) para pouco mais de 34 mil alunos matriculados nos cursos de graduação da UFPA, em média.

Quando observamos a disponibilização orçamentária por aluno matriculado na graduação (dotação *per capita*) entre os anos de 1995 e 2020, constata-se a observação inicialmente realizada quando analisamos apenas a disponibilização absoluta de ODC da UFPA ao longo desse período. Quando analisamos essas variáveis de forma integrada, verificamos que o valor disponibilizado por aluno aumentou ao longo dos anos, sobretudo a partir de 2003. Isso representa maiores possibilidades de um atendimento de qualidade ao aluno, com maior possibilidade de disponibilização de bolsas, um melhor atendimento no restaurante universitário, ampliação de possibilidade de participação em aulas práticas, maior segurança nas dependências da universidade, dentre outras. Apesar desse aumento, observa-se uma

tendência de queda a partir de 2019, passando de pouco mais de 6 mil reais por aluno para pouco mais de 5 mil reais em 2020.

Gráfico 15 – Dotação *per capita* (1995-2020)



Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (2022).
Elaboração: própria.

Após coleta e análise dos indicadores descritivos, fatores que compõe o Indicador de Investimento na Educação Superior (IIES), o qual para este trabalho expressará o nível de investimento na educação superior, em específico na Universidade Federal do Pará, chegamos aos números do IIES, cabendo duas observações centrais: i) como se trata de um indicador sintético ele estabelece uma parametrização para os diferentes fatores que o compõe e; ii) constitui um indicador discreto, sendo que as decimais são centrais para análise da sua evolução.

$$IIES \text{ (Ciclo I)} = \frac{44.607.345,38+85+3.993+2.201+2.536+21.144,5}{29.738.230,25+85+3.993+2.201+2.536+21.144,5} = 1,499497$$

$$IIES \text{ (Ciclo II)} = \frac{38.234.998,88+158,5+4.590+2.179+2.163+28.486,75}{25.489.999,25+158,5+4.590+2.179+2.163+28.486,75} = 1,499264$$

$$IIES \text{ (Ciclo III)} = \frac{56.154.874,50+237,75+4.948+2.337+2.314+31.894}{37.463.583,00+237,75+4.948+2.337+2.314+31.894} = 1,499575$$

$$IIES \text{ (Ciclo IV)} = \frac{109.750.545,00+371,25+7.120+2.507+2.354+31.021,25}{73.167.030,00+371,25+7.120+2.507+2.354+31.021,25} = 1,499704$$

$$IIES \text{ (Ciclo V)} = \frac{266.056.540,13+538,75+9.832+2.702+2.336+38.920,50}{177.371.026,75+538,75+9.832+2.702+2.336+38.920,50} = 1,499847$$

$$IIES \text{ (Ciclo VI)} = \frac{319.261.235,25+541,50+9.941+2.780+2.458+40.292,50}{212.947.897,00+541,50+9.941+2.780+2.458+40.292,50} = 1,499868$$

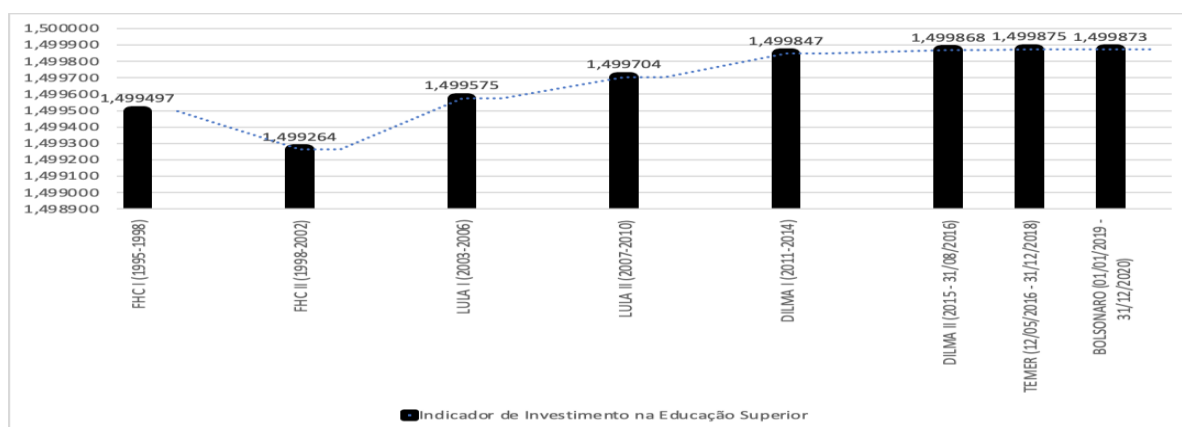
$$IIES \text{ (Ciclo VII)} = \frac{322.421.845,50+585+9.689+2.952+2.558+37.912}{214.947.897,00+585+9.689+2.952+2.558+37.912} = 1,499875$$

$$IIES \text{ (Ciclo VIII)} = \frac{291.186.774,75+571+9.298+2.949+2.531+34.033,50}{194.124.516,50+571+9.298+2.949+2.531+34.033,50} = 1,499873$$

Diante de todo o exposto, quando fazemos um comparativo do Indicador de Investimento na Educação Superior (IIES), levando-se em consideração os oito ciclos governamentais em estudo consolidamos o que já havíamos constatado de forma individual, com a análise de cada um dos fatores, quer seja relacionado ao orçamento, a disponibilização dos cursos de graduação, de vagas, de quantitativo de docentes e técnicos-administrativos e de alunos matriculados.

Os resultados indicam a expressiva implementação de políticas públicas voltadas para a ampliação e democratização do acesso à educação superior no Brasil a partir do ano de 2003, primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, até o ano de 2018. A partir daí, os números mostram que na sequência dos governos Temer e Bolsonaro há uma tendência de redução ou estagnação na implementação de políticas públicas voltadas a essa área, como mostrado no último gráfico.

Gráfico 16 – Indicador de Investimento na Educação Superior (1995-2020)



Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (2022).
Elaboração: própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problematização da relação entre projeto de nação e universalização da educação superior constitui ponto central da análise desenvolvida neste artigo, considerando a análise de Florestan Fernandes, que vislumbrava a educação como elemento primordial para a afirmação de um projeto de soberania nacional.

Após a Constituição de 1988, já em um ambiente neoliberal (primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso), temos um grande avanço no campo educacional que

merece ser destacado, a promulgação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que se tornou referência na história da educação brasileira, tendo um viés de reestruturação e reformulação bastante forte em vários aspectos como a gratuidade do ensino público em todos os níveis, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a autonomia universitária, dentre outras.

Passados dois mandatos de FHC, os governos que o sucederam de Lula e Dilma caracterizam-se por uma ruptura parcial com a lógica neoliberal, sobretudo quando visualizamos a priorização por políticas sociais, como a educacional por exemplo. Nesse contexto foram muitas as iniciativas que propiciaram números expressivos no processo de ampliação e democratização do ensino superior como o REUNI, por exemplo, instrumento fundamental para implementação dessas iniciativas.

Porém, nos últimos seis anos após o Golpe de Estado de 2016 observa-se fortes ataques à educação e ciência e tecnologia no país, visíveis nos indicadores orçamentários mostrados no artigo. Ao analisarmos o período compreendido entre os anos de 2003 e 2016, resta claro o processo benéfico de implementação de políticas públicas no que se refere à educação. Período em que o orçamento nominal da rede se ampliou em aproximadamente 800%. Em contrapartida, quando se observa os números entre 2014 e 2020, têm-se quedas substanciais na ordem aproximada de 30% no orçamento da função educação, demonstrando o quão prejudicial à academia brasileira as políticas públicas atuais têm se revelado.

Quando se detalha os dados referentes a Universidade Federal do Pará constata-se a diferença no nível de investimento educacional – aqui demonstrada através do Indicador de Investimento na Educação Superior (IIES) - nos ciclos de governo, desde o primeiro mandato FHC, passando por Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro.

Ao avaliarmos o IIES, conseguimos aferir com clareza os avanços ocorridos durante o período dos governos pós-neoliberais, compreendido entre 2003 e 2016. Por fim, a análise realizada sobre a recente e vigente crise que se encontra a educação brasileira nos governos pós-Golpe de 2016 deixa evidenciado a importância de políticas públicas voltadas para a geração de conhecimento, de ciência.

Desta forma, os resultados deste estudo na Universidade Federal do Pará podem ser utilizados como suporte para o diagnóstico da situação da educação superior no Brasil, ao

evidenciar quão distintas foram as políticas para essa agenda governamental ao longo desses quase 30 anos. Ademais, podem ser utilizados para discussões acerca das consequências da implementação de um ou outro formato de tratamento da educação superior brasileira.

Vale nestas considerações finais retornar ao nosso autor guia teórico, em um dos seus primeiros trabalhos Florestan Fernandes (1960) versava sobre o que será a condição permanente do Brasil, a ideia da marginalidade, aspecto central da evolução da nação e até mesmo da sua destruição histórica como agora colocado. Fernandes (1960) expunha que o “marginal é um homem que se situa (...) na margem de duas culturas, sem pertencer a nenhuma delas”. Nesta obra, ainda do final dos anos 1950, temos um vislumbre de um dos elos centrais para se pensar o Brasil: uma sociedade marcada não somente pela desigualdade das classes, como também profundamente estigmatizada, quase com a presença de estamentos sociais, ainda originados no nosso passado e presente escravocrata.

Não haverá ruptura com as condições de desigualdade e de não soberania brasileira se não tivermos um projeto educacional que insira a grande maioria do nosso povo, o que nos leva a principal questão aqui tratada: os ciclos governamentais de Lula e Dilma buscaram estabelecer a educação pública e gratuita superior no centro de um projeto de nação, o que infelizmente foi destruído no ciclo neoliberal autoritário seguinte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, N.C. Os números da desconstrução. In: Musse, R. & Martins, P. (Orgs.) Primeiros anos de (des)governo. São Paulo: FFLCH/USP, 2021, p.337-357.

BELLUZZO, L. Os antecedentes da tormenta: origens da crise global. São Paulo: Ed. UNESP, Campinas-SP, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Controladoria Geral da União. FalaBR. Brasília, 2022.

BRASIL. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág.1, abr.2007.

BRASIL. Lei 8.980, de 19 de janeiro de 1995. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 901, jan.1995.

BRASIL. Lei 9.275, de 9 de maio de 1996. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 7945, mai.1996.

BRASIL. Lei 9.438, de 26 de fevereiro de 1997. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, suplemento A, Brasília: pág. 1, fev.1997.

BRASIL. Lei 9.598, de 30 de dezembro de 1997. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, suplemento, Brasília: pág. 1, dez.1997.

BRASIL. Lei 9.789, de 23 de fevereiro de 1999. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, fev.1999.

BRASIL. Lei 9.969, de 11 de maio de 2000. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, mai.2000.

BRASIL. Lei 10.171, de 5 de janeiro de 2001. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2001.

BRASIL. Lei 10.407, de 10 de janeiro de 2002. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2002.

BRASIL. Lei 10.640, de 14 de janeiro de 2003. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2003.

BRASIL. Lei 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2004.

BRASIL. Lei 11.100, de 25 de janeiro de 2005. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2005.

BRASIL. Lei 11.306, de 16 de maio de 2006. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, mai.2006.

BRASIL. Lei 11.451, de 07 de fevereiro de 2007. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 306, fev..2007.

BRASIL. Lei 11.647, de 24 de março de 2008. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, mar.2008.

BRASIL. Lei 11.897, de 30 de dezembro de 2008. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, dez.2008.

BRASIL. Lei nº 12085 de 05 de novembro de 2009. PL - Poder Legislativo Federal. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da

Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 06/11/2009.

BRASIL. Lei 12.214, de 26 de janeiro de 2010. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2010.

BRASIL. Lei 12.381, de 09 de fevereiro de 2011. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, fev.2011.

BRASIL. Lei 12.595, de 19 de janeiro de 2012. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2012.

BRASIL. Lei 12.711, de 30 de agosto de 2012. Lei de Cotas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, ago.2012.

BRASIL. Lei 12.798, de 04 de abril de 2013. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, abr.2013.

BRASIL. Lei nº 12.824 de 05 de junho de 2013. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 06/06/2013, p.5.

BRASIL. Lei 12.952, de 20 de janeiro de 2014. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2014.

BRASIL. Lei 13.115, de 20 de abril de 2015. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, abr.2015.

BRASIL. Lei 13.255, de 14 de janeiro de 2016. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2016.

BRASIL. Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2017.

BRASIL. Lei 13.587, de 02 de janeiro de 2018. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2018.

BRASIL. Lei 13.808, de 15 de janeiro de 2019. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2019.

BRASIL. Lei 13.978, de 17 de janeiro de 2020. Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília: pág. 1, jan.2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Contabilidade e Custos. Manuais. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. REUNI. Brasília,2022.

FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil. Difusão Europeia do Livro, 1960.

_____; A universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Segunda Edição Revista e Ampliada, 1979.

_____; Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política. Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular. São Paulo: 2014.

GENTILI, P.; OLIVEIRA, D. A.; A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. SADER, E. (org). 10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FLACSO, p. 253-262, 2013.

GUILHERME, W.; Reforma contra reforma. Tempo Brasileiro. IESP/UERJ. Rio de Janeiro: p.10. 1963.

GOULART, J. Desenvolvimento e Independência. Discursos 2 (1962). Brasília: IBGE, 1963.

GONÇALVES, R. Desenvolvimento às Avessas: Verdade, Má-fé e Ilusão no Atual Modelo Brasileiro de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

IPEA, Perspectivas da política social no Brasil / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2010, p. 163-190. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades; Livro 8)

MARTINS, C., B.; A Reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Revista Educação e Sociedade. Campinas: v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. Editora Boitempo. São Paulo (SP), 2011.

MORAES, G., H.; ALBUQUERQUE, A. E. M.; (orgs.). Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais, v. 3, n. 4 – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

OLIVEIRA, M. M.; Florestan Fernandes. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

OSORIO, Jaime. O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. 1ª ed. São Paulo. Ed. Outras Expressões, 2014.

SADER, E.; A construção da hegemonia pós-neoliberal. SADER, E. (org). 10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FLACSO, p. 135-143, 2013.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A.; Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009.

SANTOS, W., G.; A democracia impedida: o Brasil no século XXI / Wanderley Guilherme dos Santos – Rio de Janeiro: FGV Editoria, 2017.

SILVA, C. V.; João Goulart e as Reformas de Base. Textos e Debates. Boa Vista: n.32, p. 5-20, jan/jun. 2019.

TACHIBANA, T., Y.; FILHO, N., M.; KOMATSU, B.; Ensino Superior no Brasil. Insper. Centro de Políticas Públicas, n. 14, 2015.

TRINDADE, J. R. B. A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte. Belém/Pa: UFPA/NAEA, 2001. v. 01. 171p.

_____. Agenda de debates e desafios teóricos: a trajetória da dependência e os limites do capitalismo periférico brasileiro e seus condicionantes regionais / organização José Raimundo Trindade. – 1. ed. – Belém [PA]: Paka-Tatu, 2020.

_____. A extinção do Ministério do Trabalho. In: Musse, R. & Martins, P. (Orgs.) Primeiros anos de (des)governo. São Paulo:FFLCH/USP,2021, p.187-191

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução 3.869, de 22 de junho de 2009. Aprova a reserva de vagas a indígenas nos cursos de graduação da UFPA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução 3.883, de 21 de julho de 2009. Aprova a reserva de vagas nos cursos de graduação da UFPA aos portadores de deficiência.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução 4.309, de 27 de agosto de 2012. Aprova a reserva de vagas nos cursos de graduação da UFPA aos quilombolas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução 5.279, de 19 de fevereiro de 2020. Aprova a realização do Processo Seletivo Especial 2020 (PSE MIGRE – 2020), destinado á seleção de candidatos/as imigrantes, refugiados/as, asilados/as, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ofertado pela UFPA.